O SABER LOCAL: ENTREVISTA COM OSMAR YE'KUANA E NELLY MARUBO

LOCAL KNOWLEDGE: AN INTERVIEW WITH OSMAR YE'KUANA AND NELLY
MARUBO

Entrevista realizada por Paulo Bull e Rodolfo Teixeira*

Os índios hoje ocupam grande parte das universidades brasileiras. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), no ano de 2011 estimou-se que mais de 3500 índios estiveram presentes no ensino superior público como estudantes de graduação. Contudo, embora a inserção nas universidades seja beneficiada por ações afirmativas, a permanência dos índios nas mesmas mostrase como um desafio, tanto para as instituições quanto para os próprios alunos. Segundo um infógrafo do canal Terra, em alguns cursos superiores a taxa de evasão de alunos indígenas chega a 90%[1]. Se a inserção e permanência de índios na graduação tem sido um desafio, a situação na pósgraduação é ainda mais delicada. Dentre as universidades públicas com programas de pós graduação no Brasil, são poucas aquelas que oferecem ações afirmativas para os índios. No caso do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde 2014 são oferecidas vagas especiais a índios que tenham concluído a graduação. Osmar Ye'kuana e Nelly Marubo, dois dos primeiros alunos indígenas beneficiados pelas ações afirmativas do PPGAS, têm hoje a oportunidade de obterem o título de Mestre em Antropologia Social.

Numa manhã nublada de Dezembro, nas dependências do PPGAS do Museu Nacional, tivemos a oportunidade de entrevistar a mestranda Nelly Duarte, do grupo indígena Marubo - o qual está localizado no Vale do Javari, região da Amazônia ocidental; e Osmar Ye'kuana, professor indígena que veio de sua aldeia, localizada entre o Brasil e a Venezuela, para também cursar o mestrado em Antropologia Social. Guiada pelas experiências destes dois alunos, a entrevista aqui introduzida apresenta as trajetórias que levaram Nelly e Osmar a chegarem ao Rio de Janeiro, e expõe as dificuldades que estes dois alunos enfrentaram e enfrentam para alcançarem o título almejado.

Osmar Ye'kuana e Nelly Marubo, como se verá no decorrer da entrevista, apontam para os seus objetos de pesquisa como uma maneira possível de defender seus povos e suas identidades. A possibilidade de se inserirem na universidade, mesmo que em um grande centro urbano e em contato com não índios, levará Osmar, por exemplo, a aprender mais sobre os cantos Ye'kuana: "queria aprender cantos de verdade. Às vezes eu ajudo o pessoal a cantar, mas quero aprender mais para ajudar mais". Em meio à necessidade de uma pluralização do pensamento científico, e em face de antropologias simétricas ou reversas, ações que afirmem a presença indígena na universidade e

na academia parecem ser um passo imprescindível para que, parafraseando Eduardo Viveiros de Castro, a tradição cultural europeia deixe de deter, de fato e de direito, o monopólio do pensamento[2].

* * *

Revista Habitus: Osmar Ye'kuana e Nelly Marubo, agradecemos por terem aceitado o convite para participar desta entrevista. De início, começamos perguntando sobre vocês. Contem-nos um pouco sobre suas trajetórias. De que aldeia, grupo indígena e região do Brasil vocês vêm?

Nelly: Eu me chamo Varin Mesma[3], sou indígena da etnia Marubo, da Terra Indígena do Vale do Javari-AM. Tenho 34 anos e saí da minha aldeia ainda muito pequena para estudar na cidade. Nos meus primeiros anos na cidade de Benjamin Constant-AM, morei na casa do Bispo Dom Alcimar Caldas Magalhães, Bispo da igreja católica. Na época, a igreja trabalhava com um programa chamado Pastoral Indigenista - acho que por isso me aceitaram a morar com eles. Mas não pude permanecer muito tempo ali, pois como era a casa de trânsito dos funcionários do Pastoral Indigenista, o bispo achou melhor que eu fosse morar com as freiras. E lá com as freiras eu vivi um bom tempo - da infância até adolescência, e depois saí. Não terminei meus estudos no convento. No ano de 2005 resolvi morar em Atalaia do Norte-AM porque meus pais perderam meus dois irmãos com hepatite Delta. Por imitar a língua dos brancos, carrego grande responsabilidade com minha família, por exemplo, e agora com a morte da minha mãe tenho que cuidar de meus sobrinhos que minha mãe criou.

Revista Habitus: Osmar, você poderia nos contar um pouco sobre você e sua trajetória até chegar no Museu Nacional?

Osmar: Sou Osmar, do povo Ye'kuana. Moro na comunidade Iaikwais, no estado de Roraima. Tenho 40 anos e atuo na comunidade indígena como professor há 18 anos. Trabalho na aldeia indígena dando aulas de língua nativa e língua portuguesa. Eu sou concursado do Estado. Na universidade, fiz o curso de Pedagogia e depois passei um bom tempo dando aula. Pude vir ao Rio para estudar no Museu Nacional depois que um pesquisador entrou na aldeia. Como eu era tuxaua, líder da comunidade, esse pesquisador me procurou para entrar lá e fazer sua pesquisa. Ele conversou comigo e falei que não podia entrar só com a minha autorização. Ele tinha que ir na comunidade porque a comunidade também decide. Não sou só eu. Sem consultar a comunidade ficaria difícil. Decidimos, depois de muita conversa, que ele poderia fazer o projeto dele. Só que o pessoal da comunidade pediu muita coisa. O povo pensa que o antropólogo é rico, que tem muito dinheiro e que pode comprar as coisas. Como estou aqui agora, to vendo, né... Nem fiquei rico ainda! Acho que o pessoal tá pensando agora que eu sou rico. Vão me cobrar muita coisa. Enfim, foi

assim que outra pessoa começou a trabalhar a fazer pesquisa, e foi assim que tive a oportunidade de vir para cá. Na época, em 2013, a gente leu junto o edital para que eu pudesse fazer a seleção.

Revista Habitus: Vocês já tinham algum conhecimento pelas Ciências Sociais, especialmente Antropologia, quando chegaram no Museu? Quando surgiu o interesse, ainda lá na comunidade, de sair da sua aldeia e vir para o Rio de Janeiro estudar Antropologia?

Osmar: O povo Ye'kuana fala que seus filhos devem querer estudar e adquirir um conhecimento maior. Comecei a pensar que eu mesmo gostaria de ter mais informações e mais conhecimento da realidade não-indígena. A gente não tem muito contato com não-indígena, então fica difícil conversar com um não-indígena, e isso é importante nos dias de hoje. Então a gente tem que escolher um curso para aprender mais, aprender a falar e a conhecer as coisas. Hoje, é muito complicado pra gente ficar na comunidade. A gente está ali na escola, na sala de aula, e você fica sempre ocupado, no trabalho. Tem que fazer o plano de aula, escolher que aula você vai dar. Nesse caso, não há como ler um livro, estudar e conhecer mais. A gente fica mais focado no material didático e não adquirimos conhecimentos de fora, por assim dizer.

Revista Habitus: Como que se deu o interesse em fazer o mestrado em Antropologia, Nelly? O que estava acontecendo na aldeia? Por que surgiu esse interesse?

Nelly: Meu interesse em estudar antropologia não veio exatamente por querer ser antropóloga. Eu nasci antropóloga (risos) porque quando cheguei ao mundo fui recebida nas mãos de uma antropóloga, chamada Delvai Montagner. Eu também sempre tive contato com antropólogos. Mas, para falar a verdade, minha vontade mesmo era de realizar o desejo do meu pai: de viver neste mundo dos brancos. Meu pai sempre conviveu com os brancos, na sua juventude trabalhou para os caucheiros, seringueiros, madeireiros e pescadores. Ele tinha o sonho de querer que as filhas estudassem. A escolhida pelo meu pai para estudar, na verdade, era a minha irmã mais velha. Mas ela nunca quis, por estar namorando. Meu pai nunca se conformou por não ter filho, minha mãe e ele só tiveram meninas. Eu ouvia meu pai falar que não ele poderia contar com suas filhas no futuro porque éramos meninas. Isso me fazia sofrer, e eu sempre desejei ser o filho que meu pai queria, mesmo sendo menina. Tudo que faço até hoje para mostrar que as mesmas capacidades que os homens têm, as mulheres também têm.

Revista Habitus: Como você enxerga essa postura do seu pai, hoje?

Nelly: Acho que esse machismo faz parte da natureza indígena, se é que podemos falar nisso. Meu pai, no fundo, queria quebrar esse machismo que ele também possui. Quando eu vim para cidade, na época como não tínhamos acesso à cidade como hoje, para mim tudo foi estranho. Nesse mundo dos brancos, tudo me causou um impacto, e em algum momento da minha vida cheguei achar que meus pais não gostavam de mim. Então, quando meu pai me deixou na casa do bispo, a minha vontade era sair correndo para voltar atrás. Mas não fiz isso e resolvi viver com os padres e com as freiras, justamente para não decepcionar meu pai. Nessa minha convivência com os brancos

religiosos e indigenistas, tive curiosidade de querer saber o que leva essas pessoas a terem interesse de trabalhar com os índios. Entre meu povo, meu avô foi uma pessoa que fazia questão de ver a família unida e a cultura fortalecida. Minha afinidade com ele era muito forte, e indiretamente ele foi uma das pessoas que também me motivou a ajudar meu povo através do conhecimento adquirido dos brancos. Para meu pai, estudar era só aprender a falar a língua portuguesa e aprender a ler, já que para ele se pode exercer todas as funções profissionais do branco só falando a língua. Assim como para meus parentes, para meu pai a continuação dos estudos no ensino fundamental, ensino médio e ensino superior não é interessante. Mesmo nos dias atuais, na maioria das vezes, eles acham exagerado fazer tudo que faço. Ao invés de me motivar, sinto que misturam inveja com machismo. Por isso, me desmotivam através do meu pai sempre. Não foi fácil tudo que vivi e vivo. Cheguei a fazer curso de enfermagem para agradar meu pai, mas vi que não era pra mim pois não suporto ver sangue e não sei lidar com os doentes.

Revista Habitus: Mas quando houve a decisão de estudar Antropologia, e por quê?

Nelly: Antes de fazer o curso Bacharelado em Antropologia, tive acesso ao curso de antropologia aplicado oferecido pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI na cidade Manaus-AM, mas não pude prosseguir pela falta de condições financeira. Eu tive acesso a esse curso do CIMI através do meu e-mail, e a divulgação chegou também à Administração Regional da FUNAI de Atalaia do Norte-AM, a cidade onde eu moro. Na época, eu trabalhava com apoio administrativo em contrato terceirizado. No edital dizia que este curso tinha que ter total apoio da Organização de Indígena, e por isso resolvi fazer. Mas não deu certo. Eu cursei só os dois primeiros períodos, como não tinha dinheiro para pagar acabei vendendo meus colares para pagar os períodos que havia cursado. Quando pensei em retornar para Atalaia do Norte adoeci, e só retornei depois que realizei o tratamento. A única antropologia que eu conhecia era essa antropologia aplicada, e o encontro era por período. Nessas alturas da minha vida, ainda na cidade de Manaus - AM, descobri que estava com tuberculose. Eu já vinha presenciando algo estranho. Estava escarrando sangue, mas não fazia ideia do que estava acontecendo comigo. Só fui perceber depois que já tinha mais condições de reagir. Fiquei internada por três meses, sem a ciência da minha família. Quando passou a fase contagiosa da doença, voltei para meu emprego na Panasonic, em Manaus. Mas tive que sair para dar apoio aos meus pais, pois dois dos meus parentes faleceram de hepatite delta. Quando eu estava na aldeia, soube de uma seleção para um curso de gestão ambiental, e isso me ajudou para saber sobre o que era a antropologia. Comecei, nesse trabalho, a ver como se fazia mapeamento, como trabalhar com projeto, etc. A gente viajou para Equador, para Roraima, pelo rio Negro, e esses trabalhos me trouxeram realmente que meu desejo era de estudar antropologia. Me falaram que existia uma graduação em Antropologia, e assim que eu terminei o trabalho soube do processo para o curso.

Revista Habitus: *Nelly, você disse que seus pais queriam que você retornasse à aldeia. Até que ponto o fato de você ser mulher influenciou nesse desejo?*

Nelly: Para meus pais, a mulher não faz retorno daquilo que aprende fora da aldeia. No processo de aprendizagem ela vai conhecer alguém e então formar uma família com o branco, pondo fim à carreira de estudante. Essa é a parte que eles chamam de fase que a "mulher fica estragada". A frase que eles usam muito quando a menina quer estudar na cidade. Pensamos assim pela influência do modo de casamento tradicional (uxorilocal), segundo o qual a mulher, quando casada, vai morar na casa da família do marido até o fim da sua vida. Mas eles esquecem que quem multiplica a família é a mulher, já que o povo marubo é matrilinear. Eles falam dessa forma para desvalorizar ou impedir a capacidade das mulheres de aprenderem o conhecimento dos dois mundos. Por concordarem com esse tipo de pensamento, meus pais sempre ficavam receosos com a minha dedicação nos estudos. Essas minhas idas e vindas eram desmotivadas por esses falatórios. Falavam para meus pais que eu estava enrolando nos estudos. Sempre ouvi falar isso desde que comecei a estudar. Agora, depois que eu comecei fazer faculdade, lembro que minha mãe me disse para eu nunca esquecer minha origem: "o seu avô foi o grande chefe do povo Marubo, você não tem sangue qualquer", assim ela dizia; e as mulheres dizem: "sua mãe morreu, mas você continua com a gente". Vejo isso como o incentivo para não me esquecer do meu povo.

Revista Habitus: Nelly, você nos disse que teve contato com os antropólogos, e que depois chegou à antropologia aplicada, trabalhando com mapeamento. Qual era sua visão sobre os antropólogos, e como essa visão se modificou agora enquanto aluna de Antropologia?

Nelly: Para o meu povo, antropólogo é aquele que oferece presente em troca de informação, alguém que finge ser amigo para depois desaparecer. Nós acreditamos que, quando a criança nasce, deve-se escolher uma pessoa certa que acolha essa criança. A pessoa escolhida terá a responsabilidade na qualidade de comportamento e personalidade futura da criança. Pelo fato de eu ter nascido nas mãos de uma antropóloga, tudo que eu fazia de bom ou mal meus pais faziam julgamento sempre lembrando esse detalhe. Quando eu via os antropólogos chegando à aldeia, ficava imaginando o que faziam aquelas pessoas. Até porque elas eram acostumadas a viver na cidade grande. Uma antropóloga chamada Natalia Caudeta, branquinha, por exemplo, vinha me pedir informações e se entrosava no meio das mulheres, levando ferroadas de piuns. Ela ficava toda vermelha, parecendo pimenta. Eu ficava me perguntando: por que ela se sujeitava a isso? Por que ela tem que vir de tão longe para estar ali, por que ela não permanece lá com a família dela? Eu me fazia várias perguntas para poder entender. No fundo, eu ficava pensando esse tipo de trabalho dos brancos funcionava como um jogo para testar a capacidade de resistência física da pessoa. Ou simplesmente achava que a pessoa estava pagando alguma promessa. O que será que eles contam quando voltam para sua casa? E o que faziam com as informações adquiridas com tantas dificuldades? Eu não tinha noção de que eles faziam parte de uma instituição.

Revista Habitus: Mas agora, estudando antropologia, você já chegou a uma resposta para esses por quês?

Nelly: Quando entrei na graduação, pensei comigo: eu vou pesquisar os antropólogos para mostrar para o meu povo quem são os antropólogos. Assim, iria tirar minha dúvida em relação aos antropólogos para esclarecer todas aquelas perguntas que me surgiam quando eu era criança. Mas não deu certo. A proposta das mulheres foi mais forte. A vontade de querer contar a cultura material e imaterial nos seus pontos de vista prevaleceu. Com a ideia de que os antropólogos contam errado por não ter ali a sua história, para elas seria mais fácil que a cultura Marubo fosse contada através de mim. Para elas, não há como falar em educação, saúde, dos costumes e da cultura em geral sem entrar em detalhes sobre o que é fazer o artesanato. Para a sociedade não indígena, entender o mundo do povo Marubo é só entrar nessa complexidade de histórias. Confesso que tentei resistir o pedido das mulheres. Cada artesanato tem uma ampla e complexa história, e eu não conseguia ver por onde começar. Por exemplo, só para falar do *aruá* (caramujo) já é uma tese. Na graduação eu não consegui descrever muita coisa, mas agora no mestrado estou tentando falar sobre cada um dos artesanatos, mesmo que resumidamente.

Revista Habitus: Osmar, queria que você falasse como é ensinar as crianças da sua aldeia e quais materiais você utiliza para isso. Você falou que há o livro didático. Há também algum livro produzido pelos próprios Ye'kuana?

Osmar: Como nós somos 100% falantes, a primeira coisa que a gente ensina na sala de aula é a língua. A partir do terceiro ano é que se estuda a língua portuguesa. Isso, infelizmente, pelo fato da gente não ter material didático produzido por professores nossos. Mas a gente aplica o livro didático pensando na nossa cultura, fazendo o trabalho. Não é aquele livro publicado. Até hoje, não há nenhum material didático que trate da nossa realidade. A gente está fazendo isso agora, porque o pessoal de linguística conseguiu estabelecer um programa de saberes indígenas que irá resultar na publicação de um livro didático próprio. Temos algum recurso para fazer uma oficina, e enfim produzir de início um material didático, tipo cartilha dos Ye'kuana. Acho que já estão na fase final. Vão terminar agora, em janeiro de 2016. Isso na minha comunidade. Lá tem um grande gerador para que possamos ligar o computador, temos também um datashow, enfim, aquilo de mais necessário para dar aula. Na outra comunidade infelizmente não tem.

Essa vai ser a última oficina. A gente não ensina na escola a trabalhar com artesanato, ou a tecer uma rede. Isso a gente aprende vendo, assistindo, e não na sala de aula. A gente aprende vendo porque o pai está fazendo. Atualmente, estamos pensando também em aplicar na escola. Nós, professores Ye'kuana, sabemos que a maioria não sabe tecer ou fazer artesanato, então fica difícil encontrar alguém para ensinar em sala de aula. É preciso aprender primeiro com os mais velhos para depois poder ensinar. Eu mesmo cresci assim, mas não pude permanecer na comunidade para ensinar o artesanato. Eu concluí a quarta série e depois fui pra cidade. Fiquei quatro anos na cidade, concluí o ensino fundamental e voltei, já como professor contratado. Quando eu estudava na cidade eu trabalhei em lojas, e vi como era difícil viver sem salário. A gente tem que buscar alguma solução pra viver. Eu trabalhava na loja, alguns dias fazia faxina numa casa para ter um dinheirinho no final

do mês, ou senão ia fazer faxina todo dia à tarde, já que de manhã eu estudava. Era meio salário que me pagavam. Fiquei na loja dois anos. Ali que eu procurei falar português, e é assim que a gente ensina em nossas escolas.

Quando eu voltei para a aldeia dar aula, já havia um professor na comunidade. Ele não estava dando conta de todas as aulas, então pediram para a gente fazer um documento e assim dividir as séries. Para não ficar muito pesado para mim, também. Mas agora a gente recebe a crítica da secretaria. Quando a gente se formou apareceu mais problema, pois não podia, segundo a secretaria, haver no mesmo local dois professores com nível superior. A comunidade não aceitava tirar professor para mandar para outra região, pois não queríamos deixar nossa família ali para ir trabalhar em outro lugar. A família ia ficar sem pai. Mesmo assim a secretaria queria tirar nós. Tentei conversar com a secretaria e negociar que trabalhássemos em revezamento, mas o Estado não dava apoio. A gente tentou conversar com o pessoal da saúde (já que são eles trabalham assim, de quinze em quinze dias). Mas não deu certo. Então pensei em vir estudar, sair para o menino conseguir trabalhar. O pessoal da secretaria estava criticando muito, querendo tirar um. Então, no dia da reunião, eu falei para todo mundo: estou querendo estudar.

Então o pesquisador me falou do edital e propus à comunidade que eu saísse para estudar. Os Ye'kuana não vão mandar: "você vai ser o professor", "você vai ser o enfermeiro". Você tem que pensar, refletir e ir atrás do seu trabalho. Quando você quer estudar de verdade, tem que partir do seu pensamento. A aldeia não vai chegar pedir: "você vai estudar na cidade agora". Você tem que se interessar em continuar o estudo. E não é fácil. Não têm condições para nós, indígenas, sairmos da comunidade e vir estudar. Eu queria vir, mas não tinha como fazer um e-mail, não tinha acesso à internet, etc. A passagem aérea é muito cara também. Mas eu queria conhecer mesmo o Museu. Queria vir pessoalmente fazer matrícula. Felizmente, o César (pesquisador) me ajudou muito, me recebeu em sua cidade e me acompanhou até o Rio, de ônibus, para que pudéssemos fazer a inscrição.

Revista Habitus: Osmar, tendo em vista essa sua breve experiência como aluno no Museu Nacional, ou seja, tendo em vista esse seu contato com os professores, com as aulas daqui, o que você aprendeu e vai levar para a comunidade como professor? Há algo que vem te chamando atenção e que queira mudar como professor?

Osmar: Estou fazendo diversos cursos. Com o professor Carlos Fausto, com a professora Bruna Franchetto e com o professor Viveiros de Castro. Este último está dando um curso sobre as *Mitológicas*, do Lévi-Strauss, e estou pensando muito sobre esse curso agora, para fazer o trabalho final. Entre os Ye'kuana há muito relato de mito e muita história. Estou aprendendo que esses relatos podem render um registro, para que a gente possa trabalhar em sala de aula. Quando a gente está atuando como professor, não há tempo de se dedicar a outras coisas (como fazer esses registros, por exemplo). Não dá pra fazer pesquisa ou pra escrever história. Você está concentrado na preparação das aulas, e a noite você tem que ir caçar, já que lá não é igual aqui. Não é comprado.

"Hoje vou trabalhar aqui, sair em torno das 17h, e então passarei no mercado para comprar o jantar". Não é assim. Então você tem que passar umas horas lá, caçando, atrás de caça pra comer. Quem tem trabalho, quem é funcionário, vai caçar à noite para pegar umas pacas, veados, queixadas, peixes. A nossa floresta é o nosso supermercado.

Revista Habitus: Então, depois de ter vindo pra cá, você pretende iniciar e dar continuidade a esse trabalho de registro?

Osmar: Eu queria continuar no registro, mas infelizmente não vai dar pra fazer isso só com dois anos. Eu pensava que o mestrado era cinco anos. O pessoal comentava comigo: "o mestrado é cinco anos, o doutorado é cinco anos". Pensando nisso, eu queria registrar essas histórias, queria ir fotografar os lugares onde aconteceu alguma coisa. Os monumentos, digo. Queria fotografar e escrever para contar para os meus parentes. Eu pensava em registrar, fotografar e filmar alguém contando uma história. Mas quando eu soube que o mestrado seria dois anos, e não cinco, pensei que o registro dos cantos seria mais viável. Esse era também um interesse meu. Queria aprender cantos de verdade. Às vezes eu ajudo o pessoal a cantar, mas quero aprender mais.

São três, cinco horas de canto sem parar quando o pessoal está fazendo festa. Cansa muito. Ninguém aguenta passar uma semana de olho aberto cantando ali. Então você tem que descansar, pelo menos um dia. É necessário ter uma pessoa para te substituir enquanto você está descansando. Por isso eu fico preocupado. Devemos aprender a cantar. Na minha pesquisa, optei pelo canto do nascimento da criança. Há vários cantos só no nascimento da criança, até chegar no resguardo da primeira menstruação. Se não fizer esses cantos, a pessoa não fica protegida pelo resto da vida. Esse canto, essa reza, seria um tipo de proteção de uma pessoa. Ou seja, para que um espírito mal, para que um dono da terra, um dono do mato, um dono do rio, para que todos esses não peguem o espírito da criança. Então há esse tipo de proteção. Devido a isso, eu quero aprender também a escrever esses cantos e, quem sabe, fazer um livro. Eu acho que esse livro facilitaria a aprendizagem dos jovens pra aprender o canto.

Revista Habitus: Quem são os responsáveis pelos cantos?

Osmar: São os mais velhos. Ali na comunidade são só cinco pessoas. Daí a importância de fazer o registro dessas pessoas e de valorizar a narração da história. É importante sabermos e registrarmos quem foi que cantou, quem era o cantor. Infelizmente, o maior conhecedor entre os Ye'kuana daqui a uns dias já está indo pro céu, e a gente está preocupado porque não há outra pessoa para cantar como ele. Então, eu acho que logo, logo a gente tem que registrar tudo o que ele tem em mente, tudo que ele tem no conhecimento.

Revista Habitus: Você já começou?

Osmar: A gente tem começado, mas como eu disse, precisaria de mais tempo. Vamos ver agora, no segundo ano do mestrado.

Revista Habitus: Osmar, você está ressaltando a importância dos cantos, da narração das histórias. Conhecendo esses cantos, conhecendo as histórias, como é para você ler um texto de antropologia que relata e interpreta cantos ou mitos de outros grupos indígenas? Você está fazendo o curso sobre as Mitológicas, de Lévi-Strauss, com o Eduardo Viveiros de Castro, como está sendo para você a leitura e o conhecimento desses mitos provenientes de grupos indígenas de toda a América?

Osmar: A gente nunca teve muito contato com essa bibliografia, por isso tenho dificuldade pra falar. A gente é tímido. Fico com vergonha de falar alguma palavra errada. Não quero que o pessoal chegue e fale um dia: "o índio está falando errado". Quando leio os mitos de outros grupos, fico pensando no mito dos Ye'kuana, e me parece que em todo o Brasil os povos indígenas têm mitos quase iguais. Às vezes eu fico querendo comparar, ir lá, só no pensamento mesmo, e conversar com outro índio sobre os nossos mitos. Quero conhecer mais porque tem um ou outro mito parecido com o nosso. Quero investigar, fico curioso. Fico querendo, também, ter o conhecimento desses mitos dos outros povos, já que são parecidos.

Revista Habitus: Para você, Nelly, como é voltar à aldeia e precisar contar aos moradores sobre sua pesquisa?

Nelly: Através do meu estudo, eu tento transmitir para as mulheres a forma como eu entendo o que os pesquisadores descrevem depois de suas pesquisas de campo. Eu vejo que elas ficam mais motivadas para me contar histórias, dando várias explicações. Elas ficam com mais vontade de me contar e de se proteger. Uma vez as mulheres Marubo me disseram: "quando a gente for para a cidade fazer algum tratamento na CASAI (Casa de Saúde Indígena), não temos que admitir comer tudo que o branco nos oferece. Se os brancos trabalham para nós, sabendo que somos da aldeia, eles precisam nos respeitar". Diante dos argumentos dessas mulheres Marubo, eu como estudante de antropologia me sinto na necessidade de falar do desejo do meu povo, de como queremos manter nossos costumes. Procuro dizer para os antropólogos que pesquisam os Marubo que tenham a sensibilidade de entender que, para o meu povo, expor a riqueza da cultura para um desconhecido é fazer dele um importante aliado.

Os Marubo contam suas histórias com emoção, pelo menos os mais velhos. Portanto, para eles, ao contar uma história para os brancos, eles entendem que não tem o mesmo sentido que contar para um deles. Os pesquisadores não têm a mesma lógica de entendimento que eles têm, é um estranho que não faz parte da cultura, que não tem o mesmo entendimento que eles. Eles contam, então, de qualquer jeito. Por exemplo: contar uma história para o Paulo, eu sei que ele não terá a mesma sensibilidade que tenho com a história. Portanto, contar histórias para uma pessoa que nunca *herdará* minha história é como que um empobrecendo do meu conhecimento.

Eu, conhecendo minha realidade, sabendo de que clã pertenço, consigo entender que as histórias herdadas e contadas pelo meu avô vieram do meu bisavô e da minha bisavó. Daí

compreendo a importância do conhecimento que eu carrego. As histórias não funcionam apenas por eu ser Marubo. Tudo tem a ver com meus antecedentes, clãs e a minha família. Para eu aprender história enquanto Nelly, primeiro eu tenho que entender as raízes que Nelly pertence. Para nós Marubo, é importante entender o que eu estou aprendendo através da Nelly; o que está por trás dela, a historia que envolve toda sua origem. Nós Marubo entendemos que a pessoa – o que ela é no mundo – vem da personalidade dos pais e da personalidade das pessoas que a recebeu quando nasceu. Assim, quando me viam ter um comportamento estranho, meus pais sempre lembravam dos motivos: "ela é assim porque, quando nasceu, a antropóloga Delvair a recebeu". Sempre escuto isso. E outras pessoas lembram do comportamento da juventude dos meus pais. Nesse caso, para nosso conhecimento, entendemos que depende da pessoa querer preservar os responsáveis pela sua personalidade.

As mulheres informantes da minha pesquisa me pedem muitas informações e têm curiosidade. Muitas vezes eu me via explicando como funcionam os órgãos públicos: apresentar como funciona a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), e também as ONGs. Quando elas querem saber dos antropólogos e eu não sei explicar, faço pesquisa na internet para poder explicar melhor. Por exemplo, se elas quiserem saber sobre o Paulo, digamos: "Ah! o Paulo mora em São Paulo, escolheu pesquisar o povo Marubo porque estuda isso, o assunto que ele pesquisou foi esse...". Essa é uma forma de elas ficarem por dentro do assunto, para não ficarem imaginando mil coisas sobre os pesquisadores. Tem vários boatos referentes aos antropólogos – que são apropriadores da história alheia, ficam ricos com isso, etc.

Meu interesse é quebrar esse tipo de pensamento dos pesquisados, e pedir para que os pesquisadores sejam mais transparentes com seus trabalhos. Ou seja, que digam de onde vieram, onde estudam, o que querem fazem, que falem da pesquisa. É uma forma de fazer parcerias agradáveis. Os Marubo querem saber o que os pesquisadores fazem com as pesquisas realizadas entre eles, porque essas histórias dizem respeito ao conhecimento de diversas famílias, ou seja, têm a ver com subgrupos, clãs, etc.

Revista Habitus: Quando você vem para a cidade estudar, participa de seminários ou eventos que discutem as políticas em torno dos direitos indígenas, tendo o conhecimento dessas questões políticas, você transmite isso quando volta para a aldeia? E como as pessoas reagem?

Nelly: De modo como estou acompanhando o PEC 215, por exemplo, o que preocupa é que esse projeto foi feito com interesse de mexer com as terras indígenas demarcadas, homologadas. Tudo em busca de simplesmente tirar o direito dos povos indígenas à terra, com base na ideia de que há muita terra para poucos índios. Especificamente falando da Terra Indígena do Vale do Javari, há ali a maior densidade de índios isolados. Então, o que me preocupa é que esses índios isolados não têm noção de como estão vivendo dentro do seu território, porque os Marubo antigos iam para o Acre a pé, voltavam, faziam canoa e desciam para Atalaia do Norte-AM. Eles iam a pé para o cruzeiro do sul; eles tinham acesso ao Peru. Os mais velhos contam essa história: de como que eles andavam por

toda essa região. Imagina esses índios isolados que estão crescendo dentro da Terra Indígena do Vale do Javari. Nós não gostamos de ficar morando só num canto, porque, para nós, as doenças - os vírus, as epidemias, hepatite, malária e tudo de ruim que a gente teve e está tendo – vêm dessa questão de ter uma aldeia fixa. Então, para nós, a aldeia não pode receber quentura: quando você mora numa aldeia há muito tempo, a aldeia vai envelhecendo, cria uma situação negativa, energias negativas aumentam. A terra quer descansar. Por isso deve haver mudança.

Pretendo trabalhar nas aldeias fazendo conscientização, falando dos perigos que enfrentamos na cidade, e pretendo também levar as notícias de outros parentes (outras etnias). Seja através de vídeos, de apresentações de slides. Na minha terra as aldeias são todas distantes. Para entrar na terra indígena tem que ter recurso, é muito caro. Espero que algum momento eu receba apoio dos colegas, dos professores, que me ajudem a fazer palestras. Preciso ter isso como prioridade. Isso para mim é importante, e para as mulheres com as quais eu trabalho também.

Contam os mais velhos que antigamente a terra falava, as árvores falavam, quando sentava muito ela (a terra) pedia para mudar de posição por não aguentar o peso do ser humano. Temos histórias que contam a origem de como a terra falava. Para calar a terra queimaram a casca de jabuti e deram para ela; aa gente não podia ficar muito tempo sentado porque ela reclamava. Então as mulheres pegaram casca de jabuti, queimaram e deram, desde então ela parou de falar.

Revista Habitus: Mas a terra continua sentindo, certo?

Nelly: Sim. só que agora ela não fala! A natureza tem dono, ela precisa descansar. A pessoa quando é enterrada, ela não é enterrada em qualquer canto: os adultos são enterrados ao nascer do sol; no caso da morte de uma menina, ela é enterrada ao pé de uma Samaumeira, para que na próxima gravidez sua mãe tenha outra menina; se o caso for a morte de um menino, tem que ser enterrado no pé de uma árvore chamada na nossa língua de *komã* (uma árvore de madeira dura), que tem a mesma intenção. A matéria do meu corpo vai ser estragada, minha alma vai embora, enquanto aquela terra estará se preparando para se fertilizar, para receber a minha família em outros tempos, em outras épocas. Essa questão de rodear a terra ou fazer mudanças de aldeias, para o branco não tem importância, mas para nós é sagrado.

Revista Habitus: Quais são as dificuldade que vocês enfrentam, tanto aqui no Museu, nas disciplinas, quanto na cidade do Rio de Janeiro?

Osmar: Aqui no Museu, a dificuldade é a de entender os textos, já que eu não tenho muita compreensão de língua portuguesa. Eu enfrento essa dificuldade de entender os textos e talvez de entender a explicação do professor, que explica muito rápido. No Rio de Janeiro, a vida é muito complicada, pois quem vive no mato não é dependente do dinheiro, ou seja, não precisa de dinheiro para comprar algo e sobreviver; no mercado do mato a gente não compra com dinheiro, a gente tem que ter a arma e coragem para conseguir alguma coisa para sustentar a família. Mas aqui na cidade é muito complicado, você tem que ter o dinheiro para se manter. Se você não tiver dinheiro não

consegue viver bem, porque você tem que comprar comida, pagar aluguel, tirar xerox, essas coisas. Isso dificulta para nós indígenas. Mesmo assim, a gente vai levando, pois é nosso interesse de estudar. A gente vai levando mesmo assim, e vamos conseguir.

Tenho certo medo do Rio de Janeiro, também. Eu quase não saio de casa. Parece que a gente está isolado. E eu fico com medo de sair. No apartamento eu me sinto isolado; estou preso ali. Por conta da violência eu também não saio muito. E já roubaram meu apartamento; levaram tudo, todos os meus trabalhos, meu computador. E eu tenho medo disso, de sair e acontecer alguma coisa na rua.

Revista Habitus: E para você, Nelly? Como é a cidade para você?

Nelly: A cidade grande, como o Rio de Janeiro, eu tenho como referência só para estudar. Para morar e viver não me sinto bem, minhas energias ficam desgastadas. Me sinto cansada, mesmo não fazendo nada. Só essa rotina de sair daqui do Museu Nacional e ir para Niterói eu me sinto envelhecida, com a idade de 70 anos. Não sei se sinto isso por ter me acostumado a morar na cidade pequena ou se é por que sou indígena. Eu ainda não me acostumei a morar em apartamento, de onde não vejo nada, onde me sinto sufocada. Quando eu saio do apartamento e vejo as árvores me dá uma sensação de alegria. Não me acostumei a sair na rua e ver mendigos – é tanta miséria que não me faz bem. Por sorte eu vivo em um lugar que ainda não presenciei assaltos e nem violência, até agora só ouço falar. Tem muita coisa que me faz falta da minha origem: acordar e ver o mato, comer peixe assado, tomar açaí fresquinho. Não consigo viver muito tempo longe da minha terra, pois preciso da energia da natureza.

Sou grata por ter conhecido muitas pessoas maravilhosas, tanto colegas como professores; mas sou estranha em muitas coisas por ter sido criada no convento. Por isso, me sinto tímida na hora de querer sair com os colegas para tomar cerveja e me enturmar com as pessoas. É como se ainda continuasse no convento, uma sensação de impedimento todo tempo, que não consigo me libertar disso. Quando meus colegas me chamam para sair fico inventando mil desculpas para não sair com eles. Complementando o que o Osmar falou, a cidade grande nos faz sentir que devemos viver dentro de casa, pois todo canto que você vai te botam para gastar dinheiro. Fora isso, estou muito feliz por estar vivendo muitas novidades boas dentro da universidade, tendo acesso àquilo que os professores trazem de informações no curso. Tanto eles quando meus colegas me ensinam muito. É assim que eu me sinto na cidade grande.

NOTAS

*Paulo Bull e Rodolfo Teixeira são graduandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membros do Comitê Editorial da Revista Habitus.

[1] Ver: http://noticias.terra.com.br/educacao/infograficos/indigenas-ensino-superior/

- [2] "O recado da mata", por Eduardo Viveiros de Castro. Prefácio a D. Kopenawa & B. Albert, A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami Cia. das Letras, 2015.
- [3] Mema é o nome de criança, e Varin são as iniciais do meu clã (como um sobrenome).